

Dívida cai novamente

A dívida líquida do setor público caiu pelo terceiro mês consecutivo em setembro, ficando em 53,7% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual é o menor já registrado pelo Banco Central (BC) desde abril de 2003, quando a relação dívida/PIB estava em 52,7%. O chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Altamir Lopes, ressaltou que o resultado de abril do ano passado foi bastante afetado por uma valorização de 13,8% do câmbio na época. "Se desconsiderarmos este dado de abril de 2003, a dívida de setembro seria a menor desde dezembro de 2001, quando a relação dívida/PIB estava em 52,6%", disse.

A perspectiva para os próximos meses, segundo Altamir, continua a ser positiva. "Para outubro, a dívida ficará estável em 53,7% do PIB ou até mesmo sofrerá uma leve queda se levarmos em conta uma taxa de câmbio de R\$ 2,85", disse. O ano de 2004 terminaria, de acordo com o chefe do Depec, com a dívida líquida em 54% do PIB se consideradas as previsões de juros a 17% e câmbio de R\$ 2,95 no fim do ano feitas pelas instituições financeiras ouvidas em pesquisa semanal do BC.

Se concretizada essa hipótese, a dívida no segundo ano do governo Lula ficaria 1,5 ponto percentual abaixo da dívida de 55,5% do PIB do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso e 4,7 pontos percentuais inferior aos 58,7% verificados em dezembro de 2003. O nível, no entanto, está distante dos menos de 50% desejados pelo governo para adoção de um regime fiscal de superávits primários atrelados ao nível de atividade da economia.

Esforço não quita juros

O superávit de setembro (R\$ 6,04 bilhões) não foi suficiente para o pagamento das contas de juros do serviço da dívida pública, que atingiu R\$ 11,49 bilhões. Como consequência, o setor público fechou o mês com déficit nominal (contabiliza receitas menos despesas mais o pagamento dos juros) de R\$ 5,45 bilhões. No ano, o déficit nominal subiu para R\$ 25,51 bilhões (2,05% do PIB). O resultado é bem menor do que no mesmo período do ano passado, quando o déficit nominal correspondia a 5,12% do PIB (R\$ 56,8 bilhões). Essa queda expressiva foi possível principalmente graças à redução da taxa de juros e da dívida atrelada à variação do dólar, além do arrocho fiscal.